



## Comissão aprova reforma da Previdência e cria PEC para estados e municípios

Proposta principal segue agora para votação em Plenário e deve ser aprovada até 10 de outubro. PEC paralela começa a tramitar na CCJ

**A** Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem o relatório do senador Tasso Jereissati à reforma da Previdência. Foram 18 votos favoráveis e 7 contrários ao texto-base. Entre outros pontos, a proposta aumenta o tempo para se aposentar e eleva as alíquotas de contribuição para quem ganha acima do teto do INSS. Os senadores aprovaram também a criação da PEC paralela com as mudanças acolhidas pelo relator, entre elas a inclusão de estados e municípios nas novas regras. **4 e 5**



Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, participa de reunião presidida por Simone Tebet para votação do texto de Tasso

### Proposta paralela deve ter tramitação acelerada em colegiado

A PEC paralela da Previdência ainda será formalizada em um documento separado do texto principal da reforma e também terá o senador Tasso Jereissati como relator.

A proposta foi criada ontem com o apoio dos 27 senadores da CCJ. Como é fruto de um acordo, a presidente da comissão, Simone Tebet, acredita que a PEC será votada em 15 dias. Antes de ser analisado no colegiado, o texto deve ser lido em Plenário e aguardar uma semana para o recebimento de emendas. Tasso disse que poderá entregar o relatório 48 horas após essas etapas. **5**

### Defesa cibernética será debatida em comissão hoje **6**

### Senadores vão discutir cortes no CNPq e na Capes **8**

### Plenário faz sessão pelos 197 anos da Independência **2**

### Nova lei inclui na LDB as universidades comunitárias

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei que inclui as universidades comunitárias na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao lado das públicas e das privadas. As instituições comunitárias foram criadas por lei de 2013. **2**

### Médicos pedem que revalidação de diplomas seja regionalizada

Em audiência pública sobre a MP que cria o programa Médicos pelo Brasil, profissionais da saúde disseram que é preciso reduzir os obstáculos para que médicos que se formaram no exterior revalidem seus diplomas no Brasil. **8**

### Congresso instala CPI que investigará notícias falsas

Foi instalada ontem a CPI mista destinada a apurar *fake news*. Para presidir a comissão, foi escolhido o senador Angelo Coronel. A

relatora é a deputada Lídice da Mata. Um dos focos da CPI será a disseminação em massa de notícias falsas em processos eleitorais. **3**



O presidente da CPI, Angelo Coronel, fala com a relatora, Lídice da Mata

### Senado autoriza MT a tomar empréstimo no exterior

O Plenário do Senado autorizou ontem o governo de Mato Grosso a obter do Banco Mundial um empréstimo de US\$ 250 milhões. A União

será a avalista do negócio. O dinheiro será utilizado para quitar uma dívida que o estado contraiu com o Bank of America em 2012. Ontem,

mais cedo, o negócio havia sido aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos. O relator foi o senador Rodrigo Pacheco. **3**



Os senadores de Mato Grosso Juíza Selma e Jayme Campos e o governador do estado, Mauro Mendes, no Plenário

### Programa islandês apoia famílias para tirar jovens das drogas

Em audiência conjunta das Comissões de Educação e de Assuntos Sociais, o diretor de programa para jovens na Islândia disse

que a quantidade de tempo passado com a família é inversamente proporcional ao risco de um adolescente se expor a drogas. **7**

# Iluminação amarela lembra prevenção ao suicídio

Cúpulas do Senado e da Câmara ficam coloridas até o dia 30 em homenagem ao Setembro Amarelo, campanha para lembrar que pelo menos 90% dos casos de suicídio são previsíveis e podem ser evitados

EM APOIO À Campanha Nacional de Prevenção do Suicídio, a cúpula do Senado foi iluminada na terça-feira com a cor amarela. A iniciativa do Setembro Amarelo vai até o dia 30. A iluminação especial foi solicitada pelo senador Weverton (PDT-MA), atendendo pedido do Centro de Valorização da Vida (CVV). No domingo, a cúpula da Câmara já havia sido iluminada em referência à campanha.

Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) mostram que mais de 90% dos casos de suicídio estão associados a distúrbios mentais e podem ser evitados se as causas forem tratadas de maneira adequada. No Brasil, a cada 45 minutos uma pessoa tira a própria vida. O suicídio é, hoje, a quarta causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos no país. Entre os homens nessa faixa etária, é o terceiro motivo mais comum, e entre as mulheres, o oitavo.

Weverton ressalta que a “depressão é uma doença que age de forma silenciosa matando várias famílias brasileiras e, quando as pessoas percebem, muitas vezes, é tarde demais”. De acordo com o senador, o combate ao problema passa pelo diálogo aberto e franco sobre a questão, já que muitos casos de suicídio seriam evitados se o assunto fosse tratado abertamente.

— Nós precisamos tratar de forma mais natural um tema tão importante como a depressão — salientou.

A porta-voz do CVV, Leila Heredia, servidora da Rádio Senado, explica que a ideia é sensibilizar a população sobre a importância dos cuidados com a saúde emocional. Se-



Fachada do Congresso é iluminada de amarelo por prevenção ao suicídio

gundo ela, quando alguém decide pôr fim à própria vida o objetivo é acabar com a dor que parece insuportável naquele momento.

— Pelo menos 90% dos casos de suicídio são previsíveis. Frases como “eu sou um fardo para as outras pessoas” e “eu não quero viver” são sinais importantes.

A dica para quem deseja ajudar um amigo ou familiar nessa situação, segundo Leila, é oferecer acolhimento.

— É importante ouvir a pessoa, deixar que ela fale abertamente e que compartilhe as dores dela. Se a pessoa está cercada de gente, mas tem medo de ser julgada ou não compreendida, ela acaba se fechando ainda mais — diz.

## Data oficial

No dia 10 de setembro, é celebrado o Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio, proposto em 2003 pela Associação Internacional para Prevenção ao Suicídio (Iasp, na sigla em inglês), resultado

de uma parceria com a OMS. No Brasil, o movimento começou em 2014, por iniciativa do CVV, do Conselho Federal de Medicina (CFM) e da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). Vários países participam da campanha por meio da iluminação, na cor amarela, de prédios públicos e de monumentos durante o mês de setembro.

Desde julho de 2018, numa parceria do CVV e do Ministério da Saúde, o número 188 recebe ligações gratuitas de todo o Brasil, 24 horas por dia, para apoiar pessoas em momentos de crise e com ideias suicidas. O CVV ainda oferece chat e e-mail, disponibilizados no site [www.cvv.org.br](http://www.cvv.org.br). Também há informações para quem quer ser voluntário.

Leila Heredia ressalta que o trabalho desenvolvido pela organização não é técnico e, portanto, não substitui a ajuda médica, mas funciona como um pronto-socorro emocional, permitindo que a pessoa desabafe sem medo.

# Universidade comunitária entra na Lei de Diretrizes e Bases

Entrou em vigor ontem a Lei 13.868, de 2019, que inclui as universidades comunitárias entre as instituições de ensino, além das públicas e privadas, já previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB (Lei 9.394, de 1996). A nova lei também torna as instituições comunitárias parte do sistema federal de ensino.

As universidades comunitárias foram criadas pela Lei 12.881, de 2013. A norma considera comunitária a instituição que cumpre alguns requisitos, como constituição sob a forma de associação ou fundação, atuação sem fins lucrativos e patrimônio próprio. A lei, porém, não faz menção à participação dessas instituições no sistema de ensino do país.

A nova norma é proveniente do PL 3.509/2019, de autoria do senador Jorginho



Jorginho Mello é o autor da proposta transformada em lei

Mello (PR-SC) e foi sancionada sem vetos pelo presidente Jair Bolsonaro.

A norma também altera a Lei 4.024, de 1961, para incluir as universidades comunitárias entre as entidades que podem fazer indicações no processo de escolha dos membros da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE), ligado ao Ministério da Educação (MEC).

## Soraya: Notícias sobre a Amazônia são manipuladas

Para Soraya Thronicke (PSL-MS), há manipulação de informações sobre a situação na Amazônia, e há muito mais em jogo do que o meio ambiente. Segundo a senadora, motivação ideológica e interesse em proteger agricultores nos países europeus, que temem a concorrência brasileira, fizeram com que, ao longo dos anos, áreas indígenas, parques nacionais e reservas extrativistas tenham sido ampliadas por decreto, mesmo sem demanda, sem necessidade e nem mesmo população indígena para ocupar as áreas.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Collor é contra internacionalizar a floresta

Fernando Collor (Pros-AL) afirmou que as queimadas da Floresta Amazônica têm afetado a imagem do país e posto em risco a posição de prestígio que Brasil ocupa no debate internacional sobre o meio ambiente.

No entanto, para o senador, o Estado tem plena consciência da responsabilidade de preservar a Amazônia.

— Não cabemos nas acusações imerecidas de que fomos alvo. E não admitimos, nem minimamente, declarações descabidas sobre a hipótese de internacionalização da Amazônia — disse.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Comissão debate mudanças na aposentadoria rural

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove hoje mais um debate sobre a reforma previdenciária, às 14h. O tema será aposentadoria rural. O evento atende requerimento do presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS).

Foram convidados o pre-

sidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Aristides Veras dos Santos, o vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados Rurais (Contar), Raimundo Lima Júnior, a vice-presidente da Central Única

dos Trabalhadores (CUT/Nacional), Carmen Helena Foro, e representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), e do Movimento de Mulheres Campesinas.

## Senado celebra hoje Independência do Brasil

O aniversário de 197 anos da Independência do Brasil será comemorado em sessão especial hoje, às 10h, no Plenário do Senado. O autor do pedido para a homenagem,

senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), argumenta que o dia 7 de setembro marca a principal data da emancipação política e da formação do Estado brasileiro.

Em 7 de setembro de 1822, Dom Pedro I proclamou, às margens do Rio Ipiranga, em São Paulo, o fim dos laços coloniais entre Brasil e Portugal.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



### CDH Voluntariado

9h Análise do PL 1225/2019, que cria cadastro de voluntários para apoio a pessoas com perda de autonomia funcional. À tarde, debate sobre aposentadoria rural.

### CRE Defesa cibernética

9h30 Debate sobre o Programa de Defesa Cibernética. Depois, leitura de relatórios de indicações de embaixadores.

### CMA Unidades de conservação

10h Audiência sobre os atos para realocação de limites de unidades de conservação.

### PLENÁRIO Sessão especial

10h Sessão destinada a celebrar o aniversário da Independência do Brasil.

### PLENÁRIO Pronunciamentos

14h Sessão destinada a pronunciamentos

### CCJ Reforma tributária

14h30 Debate sobre a PEC 110/2019, que reformula o sistema tributário.

### CE/CTEC/CCI Ministro

14h30 Audiência com ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, para discutir ameaça de paralisação do CNPq.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

# Senado aprova crédito externo de US\$ 250 milhões para Mato Grosso

Senadores também aprovaram ontem dois projetos que dão nomes a viadutos nos municípios catarinenses de Lages e Catanduvas

O SENADO APROVOU ontem a contratação de crédito no valor de até US\$ 250 milhões, com a garantia da União, entre o governo do estado do Mato Grosso e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). O PRS 84/2019 foi aprovado mais cedo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e enviado ao Plenário com pedido de urgência. O texto segue agora para promulgação.

O relator na CAE, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), destacou questões técnicas do empréstimo e disse que a situação financeira e orçamentária de Mato Grosso é compatível com o contrato.

— Temos segurança da boa administração desses recursos pelo governo do Mato Grosso — afirmou Pacheco, que des-

taçou a atuação do senador Wellington Fagundes (PR-MT) em favor do projeto.

O senador Jayme Campos (DEM-MT) agradeceu a aprovação da contratação de crédito, destacou a rapidez da tramitação do projeto e disse que o empréstimo é extremamente importante para seu estado. A senadora Juíza Selma (PSL-MT) apontou que o empréstimo pode ajudar Mato Grosso a sair da crise. A aprovação no Plenário foi acompanhada pelo governador do Mato Grosso, Mauro Mendes.

Os recursos da operação de crédito compreendem a rubrica “Empréstimo de Política de Desenvolvimento com Sustentabilidade Fiscal e Ambiental no Estado de Mato Grosso”, destinada à liquidação da dívida do estado com o Bank

of America, no âmbito de um contrato firmado em 2012.

Ontem também o Plenário aprovou o PLC 53/2016 que denomina Viaduto Arivaldo Angelo Pancera o viaduto transversal localizado à BR-282, no município de Catanduvas (SC). O projeto foi apresentado pelo então deputado e hoje se-

gador Jorginho Melo (PR-SC). O texto vai à sanção.

Também vai à sanção o PLC 68/2017, que dá o nome de Carlos Joffre do Amaral ao viaduto da rodovia BR-282 com acesso pela Avenida Luiz de Camões, no município de Lages (SC). A homenagem é do senador Jorginho Mello (PL-SC).



Para Rodrigo Pacheco, a situação financeira de Mato Grosso é compatível

## Para Davi, não é possível fazer mudanças no teto de gastos

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse acreditar que não será possível revisar o teto de gastos como é a pretensão do governo federal sinalizada ontem, em declaração do presidente Jair Bolsonaro. Davi afirmou que ainda vai conversar com senadores e consultores a respeito do tema. — É uma emenda constitucional que limita o teto de gastos. Vamos votar outra emenda constitucional? — questionou. Para ele, é preciso avaliar outras alternativas para resolver problemas de caixa. — Por que [o governo] não aumenta o tamanho do déficit? Resolve. O Estado não vai parar.

## Nota Pública

Presidência divulga nota pública sobre indicação para embaixada dos EUA

Com o intuito de fornecer informações para melhor orientar os senadores em caso da eventual indicação de descendente do presidente da República para a chefia de missão diplomática permanente, o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre, solicitou consulta à Advocacia, órgão jurídico da Casa, sobre a aplicação da súmula 13 do Supremo Tribunal Federal (STF), que trata do nepotismo, considerando as dúvidas decorrentes do debate da matéria em âmbito nacional.

No entendimento dos advogados, não há a incidência da súmula do STF para a nomeação do cargo de embaixador, porque ela somente poderá ser feita pelo presidente da República se a indicação for aprovada pelo Senado

Federal, ou seja, a nomeação é precedida da manifestação de vontade de duas instituições autônomas e independentes da República.

O parecer esclarece ainda que o próprio Supremo afasta a aplicação da súmula para a nomeação de cargos políticos, como ocorre com a função de embaixador, pois sua nomeação não é feita livremente por apenas uma autoridade, mas com a anuência do Senado Federal. Além disso, o cargo também possui prerrogativa de foro perante o STF e exige a anuência prévia de outro país, conforme tratado internacional assinado pelo Brasil.

Dessa maneira, o documento emitido pela Advocacia elucida que o Senado Federal deverá dar prosseguimento

regular à eventual indicação de descendente do Presidente da República para o cargo de embaixador, a fim de que o Plenário possa deliberar, livremente, pela aprovação ou não do nome indicado, após parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Formularam o estudo jurídico, os advogados concursados do Senado Mateus Fernandes Vilela Lima, Hugo Souto Kalil, Asael Souza, Edvaldo Fernandes da Silva, Gabrielle Tatith Pereira e Thomaz Gomma de Azevedo, sob a aprovação do advogado-geral, também servidor de carreira da Casa, Fernando Cesar Cunha.

Assessoria de Imprensa  
Presidência do Senado Federal

## CPI para apurar fake news é instalada no Congresso

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das Fake News foi instalada ontem. Na reunião, o senador Angelo Coronel (PSD-BA) foi eleito presidente e a deputada Lídice da Mata (PSB-BA), relatora.

Composta por 15 senadores e 15 deputados, a CPI mista terá 180 dias para investigar a criação de perfis falsos e ataques cibernéticos nas redes sociais, com possível influência no processo eleitoral.

A prática de *cyberbullying*

contra autoridades e cidadãos vulneráveis também será investigada, assim como o aliciamento de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

Segundo Coronel, para combater as notícias falsas é necessário descobrir quais são os focos da produção.

O requerimento para a criação da CPI foi feito pelo deputado Alexandre Leite (DEM-SP). Ele se manifestou contrário à relatoria de Lídice

da Mata, pois, segundo ele, o propósito da CPI poderia ser desvirtuado. Os partidos de oposição, disse, podem usar a comissão para fins políticos, porque investigar o papel das fake news nas eleições de 2018 seria uma forma de tentar reverter seus resultados. Leite se retirou da comissão.

— Sabendo dessa costura política que foi feita em torno dos nomes desta comissão, não me senti confortável em fazer parte dela. Estou com requerimento pronto para encaminhá-lo à Mesa da Casa para que meu partido substitua meu nome. Eu não quero fazer parte do que aqui vai ser decidido porque não faz parte daquilo que eu propus como autor — explicou.

O líder do PT na Câmara, deputado Paulo Pimenta (RS), ressaltou que durante as eleições de 2018 houve denúncias sobre o uso de *fake news* para desestabilização da democracia brasileira. Segundo ele, a

disseminação de notícias falsas por meios tecnológicos corrompeu as regras eleitorais e, por isso, é necessário investigar esse processo:

— Esta CPMI não é motivo de temor para aqueles que efetivamente não se envolveram em práticas criminosas.

O presidente da CPI declarou que o objetivo não será investigar quem ganhou ou perdeu as eleições, mas o problema das *fake news* na sociedade como um todo. Lídice também ressaltou que o objetivo da comissão é contribuir para que a sociedade compreenda o que são as *fake news* e como combatê-las.

O deputado Filipe Barros (PSL-PR) anunciou ter entrado com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal contra a CPI, por considerar que o requerimento para a criação do colegiado não delimita o objeto de investigação, mas o ministro Ricardo Lewandowski rejeitou o pedido.

## Paim elogia Davi por corrigir erro em texto de MP

Paulo Paim (PT-RS) agradeceu ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, por ter aceito questão de ordem em relação à MP 881/2019, conhecida como MP da Liberdade Econômica. O senador explicou que, por erro de redação, uma lei que proibia trabalho aos domingos e feriados acabou sendo revogada. Davi atendeu a questão de ordem para a manutenção da decisão de Plenário. O acordo não proibia o trabalho aos domingos, mas ajustava regras: a cada três domingos, uma folga, e para horas extras, o dobro do valor da hora ordinária.

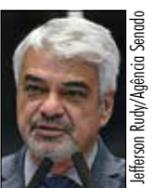
## Humberto Costa pede criação da CPI da Lava Jato

Humberto Costa (PT-PE) acusou o procurador Deltan Dallagnol e o ministro Sergio Moro, ex-juiz da Operação Lava Jato, de usarem os cargos para interferir na eleição de 2018. Por isso, defendeu a instalação de uma CPI para investigar a parcialidade das decisões tomadas por eles.

— É assombroso que, até esta data, não haja um órgão de controle sequer que tenha dado início a um processo de investigação da conduta desses maus agentes.



O presidente da CPI, Angelo Coronel, e relatora, deputada Lídice da Mata



Jefferson Rudy/Agência Senado

# Comissão do Senado aprova reforma da Previdência

Texto segue para o Plenário. Se for aprovado sem mudanças, será promulgado como uma emenda à Constituição. A expectativa de Davi Alcolumbre é de que a votação da PEC seja concluída até 10 de outubro



Davi Alcolumbre agradece a senadores, em reunião presidida por Simone Tebet, aprovação do relatório de Tasso Jereissati



APÓS MAIS DE nove horas de reunião, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem o relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) à reforma da Previdência (PEC 6/2019). O texto segue para o Plenário do Senado, onde vai passar por dois turnos de votação e precisará ser aprovado por três quintos dos senadores, o que equivale a 49 votos. Se for aprovado pelo Senado sem mudanças, o texto será promulgado como uma emenda à Constituição. A expectativa do presidente da Casa, Davi Alcolumbre, é de que a votação da proposta seja concluída até 10 de outubro.

das mudanças. Além disso, estabelece o valor da aposentadoria a partir da média de todos os salários, em vez de permitir a exclusão dos 20% menores.

Os senadores fecharam um acordo na terça-feira para acelerar a tramitação de uma outra PEC sobre o tema, complementar à principal, que tramitará paralelamente. A PEC paralela é uma forma de evitar a volta da reforma para a Câmara, o que ocorreria se houvesse mudanças no Senado. Tasso manteve a essência do texto, apenas com emendas de redação e supressões de dispositivos, como o do Benefício da Prestação Continuada (BPC).

## Pensão

A estimativa do relator é que o impacto fiscal total da aprovação da PEC 6/2019, com as novas mudanças, e da PEC paralela, chegará a R\$ 1,312 trilhão em 10 anos, maior do que os R\$ 930 bilhões previstos no texto da Câmara, e maior do que o R\$ 1 trilhão que pretendia o governo. A PEC isoladamente vai representar uma economia de R\$ 870 bilhões para a União, disse Tasso, com base em estudo da Instituição Fiscal Independente (IFI).

Ele rejeitou a maior parte das emendas apresentadas após a

leitura de seu relatório no dia 28, mas acatou uma mudança para suprimir do texto a possibilidade de uma pensão por morte fosse inferior a um salário mínimo. O impacto será de R\$ 10 bilhões a menos de economia em 10 anos, o que, segundo Tasso, é um valor pequeno diante da situação.

— Acredito que alcançamos a missão que o Senado recebeu: exercer sua obrigação de Casa Revisora com atenção ao piso da pirâmide sem esquecer a necessidade da busca pelo equilíbrio financeiro e atuarial.

O relator acolheu também uma emenda de redação que acrescentou os trabalhadores informais entre os trabalhadores de baixa renda com direito ao sistema especial de Previdência.

Ao todo, senadores apresentaram 489 emendas à PEC. O relator eliminou, por completo, qualquer menção ao BPC. Ou seja, as regras atuais ficam mantidas e esse benefício não passará a ser regulamentado pela Constituição.

Tasso também suprimiu parte da regra de transição para os profissionais expostos a agentes nocivos, como os mineiros de subsolo, que elevava progressivamente os

requisitos para a aposentadoria. Ainda fica valendo a regra de pontos, mas sem progressão. Essa mudança diminuiu o impacto fiscal da reforma em R\$ 6 bilhões.

Foram eliminados do texto trechos que poderiam impedir a criação da contribuição extraordinária cobrada dos servidores públicos, aposentados e pensionistas dos estados e municípios em caso de déficit. Outras sugestões ficaram para a PEC paralela. Além da inclusão de estados e municípios, o texto paralelo traz a cobrança de contribuições previdenciárias de entidades filantrópicas, do agronegócio exportador e do Simples, além de um regime simplificado de tributação para pequenas empresas.

## Pressa

Durante a discussão, senadores como Humberto Costa (PT-PE), Rogério Carvalho (PT-SE), Weverton (PDT-MA), Paulo Paim (PT-RS), Telmário Mota (Pros-RR), Marcos Do Val (Podemos-ES) e Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) se queixaram do andamento rápido da PEC no Senado, defenderam a prerrogativa dos parlamentares de alterar

o texto, mesmo que ele voltasse para a Câmara, e consideraram que pontos da proposta promovem um desmonte do sistema de proteção social. Outros senadores como Antonio Anastasia (PSDB-MG) e Eduardo Braga (MDB-AM) defenderam o relatório de Tasso por encontrar soluções que eles consideraram criativas para os pontos mais polêmicos e urgentes.

Major Olímpio (PLS-SP), José Serra (PSDB-SP) e Esperidião Amin (PP-SC) destacaram a necessidade de reformar o setor, ainda que a mudança não resolva todos os problemas da economia do país. Otto Alencar (PSD-BA), avaliou que a reforma deveria incluir outras fontes de financiamento para a Previdência.

Alessandro Vieira (Cidadania-SE) se disse recesso de que a PEC paralela perca força ao tramitar desvinculada do texto principal. O líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), defendeu mudanças na pensão por morte. Segundo ele, apenas no Regime Próprio de Previdência Social, o gasto com pensões subiu de R\$ 15,3 bilhões para R\$ 135 bilhões entre 2000 e 2018.

## Na CCJ, Davi destaca responsabilidade de senadores

Após a aprovação da reforma da Previdência na CCJ, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, foi ao colegiado para agradecer a todos os senadores e servidores que se dedicaram à análise da PEC 6/2019 e à criação da chamada PEC paralela.

— Minha presença aqui hoje é em sinal de agradecimento a todos os senadores e senadoras e aos servidores do Senado.

Davi afirmou que a reforma “não é simpática nem fácil” por mexer com a vida das pessoas, mas que as mudanças são necessárias para ajudar no ajuste das contas públicas.

— Ninguém está comemorando. Mas quero cumprimentar todos os senadores, que têm consciência de sua obrigação e responsabilidade. O Brasil e os brasileiros aguardam a votação

de uma matéria que vai poder fazer o ajuste nas contas de um Estado que não tem capacidade de investimento. Está aí o orçamento que o governo mandou para o Congresso. Não é possível um orçamento de R\$ 1,5 trilhão, o governo central ter R\$ 19 bilhões para investir. Essa conta está errada. É uma conta injusta — afirmou Davi.

O presidente também elogiou o desempenho da presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), e do relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE). Comemorou ainda o fato de a PEC paralela incluir estados e municípios na reforma.

— Se nós não fizermos, daqui a alguns anos estados e municípios vão buscar socorro onde? Na União. E a União vai ter que socorrer, talvez deixando de fazer o que precisaria fazer como

Estado nacional — argumentou.

Davi garantiu que a PEC paralela “não vai ficar engavetada na Câmara”, pois há negociações nesse sentido com o presidente daquela Casa, Rodrigo Maia.

— Nossa serenidade e responsabilidade fizeram a gente chegar até aqui. A Câmara cumpriu com o seu dever e o Senado, hoje, também cumpre com a sua obrigação, de maneira altiva, respeitando os contrários. Mas sabendo que, infelizmente, se essa conta não fechar, estaremos prejudicando as futuras gerações e seremos cobrados por isso — afirmou.

Segundo Davi, o próximo passo é discutir e votar a PEC 6/2019 em dois turnos no Plenário. A PEC paralela terá de passar pela CCJ e pelo Plenário para então ser encaminhada à Câmara.

## Kajuru: Previdência evita êxodo para grandes cidades

Segundo Jorge Kajuru (Patriotas-GO), é impossível pensar numa nova Previdência sem destacar a relevância dos municípios. O senador ressaltou que, no interior dos estados, a Previdência é a última esperança de milhões de pessoas viverem com dignidade.

— A Previdência é, nos municípios, uma âncora social: fixa as pessoas em seus municípios, evitando o êxodo para as grandes cidades. Os aposentados figuram como elementos de sustentação social não por ganharem bem, mas por garantirem o sustento de suas famílias.



Jorge Kajuru/Agência Senado

## Votos em separado pedem mudanças em diversos pontos da proposta e até rejeição total do texto

Contrários ao texto do relator, os senadores Fabiano Contarato (Rede-ES), Weverton (PDT-MA) e Paulo Paim (PT-RS) apresentaram votos em separado à reforma da Previdência. Nos relatórios alternativos, apresentados após a complementação do voto de Tasso Jereissati (PSDB-CE), os três senadores manifestaram discordância em relação a diversos pontos da proposta, como a alteração do cálculo dos benefícios, o aumento das alíquotas de contribuição e a redução do abono do PIS/Pasep.

Também questionaram a falta de medidas para incrementar a arrecadação, como o combate à sonegação e a cobrança de impostos sobre lucros e dividendos de bancos e empresas.

Apesar de reconhecer avanços em relação à proposta original do

## Alterações acolhidas resultam em PEC paralela, com inclusão dos estados e municípios

Os integrantes da CCJ aprovaram, de forma unânime, a criação da PEC paralela, uma proposta com as mudanças acolhidas pelo relator, Tasso Jereissati, mas não incluídas na PEC da reforma da Previdência. Entre os principais itens da nova proposta estão a inclusão de estados e municípios nas novas regras e a garantia de salário mínimo para quem recebe pensão por morte.

Um acordo entre os líderes partidários e os 27 integrantes da CCJ para agilizar a tramitação permitiu a criação da PEC paralela, uma forma de agilizar a aprovação da reforma da Previdência.

O acordo teve a participação do presidente da Casa,

Davi Alcolumbre, que obteve o compromisso do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para dar andamento à PEC paralela. No Senado, o novo texto terá tramitação acelerada.

Tasso foi quem sugeriu a PEC paralela e também será o responsável pelo parecer final sobre a proposta, na própria CCJ. Ele apontou o déficit fiscal como principal motivo para apresentação do texto alternativo e tranquilizou os demais senadores, afirmando que a Câmara terá igual compromisso com o assunto.

— Também temos essa responsabilidade junto à Câmara, porque somos um Congresso



Marcos do Val, autor de uma das emendas, e Antonio Anastasia durante reunião

### O que o novo texto determina

- Estados e municípios** — Permissão para que os estados, o Distrito Federal e os municípios adotem integralmente as regras do regime próprio de Previdência dos servidores da União, mediante aprovação de lei ordinária de iniciativa do respectivo Poder Executivo
- Entidades educacionais e de saúde** — Cobrança gradual de contribuições previdenciárias das entidades educacionais ou de saúde com capacidade financeira enquadradas como filantrópicas, sem afetar as suas casas e as atividades de assistência
- Agroegócio** — Cobrança gradual de contribuições previdenciárias do agronegócio exportador
- Simples** — Cobrança gradual do Simples, destinada a incentivar as micros e as pequenas empresas a investirem em prevenção de acidentes de trabalho e proteção do trabalhador contra exposição a agentes nocivos à sua saúde
- Pobreza infantil** — Inclusão na seguridade social do benefício destinado à criança vivendo em situação de pobreza
- Pensão por morte** — Cota dobrada, de 20%, na pensão por morte para os dependentes de até 18 anos de idade
- Dependente com deficiência** — Possibilidade de acúmulo de pensões quando existir dependente com deficiência intelectual, mental ou grave
- Servidor com deficiência** — Regra de transição para servidores com deficiência
- Tempo de contribuição** — Manutenção do tempo mínimo de contribuição em 15 anos para homens que ainda não entraram no mercado de trabalho
- Aposentadoria por incapacidade** — Aposentadoria por incapacidade de 100% em caso de incapacidade que gere deficiência ou em caso de incapacidade decorrente de doença neurodegenerativa
- Invalidez no trabalho** — Cálculo mais vantajoso na aposentadoria por incapacidade em caso de acidente
- Servidor público federal** — Reabertura do prazo para opção pelo regime de previdência complementar dos servidores federais
- Policiais** — Emenda acatada por Tasso prevê integralidade e paridade para os que tenham ingressado em carreiras policiais até a entrada em vigor da PEC paralela
- Prevenção de litigiosidade** — Incidente de prevenção de litigiosidade, mecanismo que permite a rápida uniformização da jurisprudência sobre Previdência

Fonte: Agência Senado

### Emendas

Tasso reconheceu a possibilidade de erros e injustiças e, por isso, mostrou-se aberto às contribuições dos demais senadores. Ele acatou emendas de última hora, que serão inseridas na PEC paralela. Uma delas foi apresentada pelo senador Marcos do Val (Podemos-ES), incluindo

## Proposta deverá ter tramitação mais rápida em comissão

Tasso Jereissati (PSDB-CE) será o relator da PEC paralela da reforma da Previdência, que ainda será formalizada em um documento separado do texto principal (PEC 6/2019). A nova proposta conterá a inclusão de estados e municípios na reforma e a previsão de novas fontes de receita para a Previdência.

A PEC paralela foi criada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na forma de uma sugestão apoiada por todos os 27 membros da comissão, a partir do relatório de Tasso para a PEC

principal. Agora, ela será transformada em uma proposição própria e precisará retornar à comissão.

O regimento do Senado dá à CCJ até 30 dias para a análise de PECs, mas, como ela é fruto de acordo unânime entre os integrantes da comissão, a presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), estima que só precisará de 15 dias.

Antes da análise na comissão, a PEC paralela precisa ser lida no Plenário e aguardar uma semana para o recebimento de emendas. Tasso afirmou que

civil, federal, rodoviária federal, ferroviária federal, bombeiros, e guarda municipal), e atribuições desenvolvidas por agentes penitenciários e socioeducativos, ou relacionadas à manutenção da ordem pública e combate à violência, englobando também as carreiras de identificação e produção de provas de natureza criminal. A emenda determina ainda que a nova lei deve prever aposentadorias com integralidade, inclusive nos casos de pensão por morte concedida aos dependentes, e nos casos de incapacidade permanente para o trabalho decorrente de acidente de trabalho, doenças profissionais e doenças do trabalho.

Também acatada por Tasso, emenda do senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) retirou da PEC 6/2019 um trecho que criaria disparidades entre aposentadorias de servidores. O texto suprimido poderia fazer com que, dentro das regras de transição, um servidor que recebe por subsídio conseguisse se aposentar mais rapidamente com o salário integral do que um servidor que recebe vencimento somado à gratificação de desempenho.

terá condições de entregar o relatório da PEC paralela em 48 horas depois do cumprimento dessas etapas.

Na votação da PEC 6/2019 na CCJ ontem, senadores da oposição manifestaram receio de que a PEC paralela perca força ao se desvincular do texto principal, prejudicando as mudanças na reforma que ficaram pendentes. Weverton (PDT-MA) apelidou o texto de PEC da balela.

O líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), será o primeiro signatário da PEC paralela.

de “inapensáveis”.

— O privilégio para alguns setores nos parece desproporcional. O trabalhador é convidado a pagar conta, o servidor também. E o militar, não. As grandes empresas e principalmente os bancos não são convidados para pagar essa conta. É no mínimo despropor-

cional abrir a boca e falar que essa reforma está combatendo privilégios — criticou.

Outro ponto criticado é a desconstitucionalização de regras previdenciárias, o que, segundo ele, vai destruir a seguridade ao permitir que mudanças nas regras de aposentadoria sejam feitas por

meio de lei ordinária.

— As mudanças na legislação infraconstitucional podem ser aprovadas com maior facilidade do que emendas constitucionais e, por isso, estão mais expostas às conjunturas políticas de curto prazo — alertou.

Paim também pediu a rejeição da PEC, por considerar que o texto está repleto de inconstitucionalidades. Ele ressaltou que a proposta ameaça a sustentabilidade da Previdência e do sistema de seguridade social brasileiro.

— A natureza da Previdência pública e solidária é um enorme avanço civilizatório conquistado ao longo de gerações.

Ele defendeu a aprovação de outros projetos, como a PEC 24/2003, que proíbe que o dinheiro da seguridade seja destinado para outros fins.



Contarato, Paim e Weverton: os senadores discordaram de diversos pontos da proposta de reforma da Previdência

# Atividade de coaching deve ser regulada, conclui debate

Audiência na Comissão de Direitos Humanos debateu sugestão popular que pede a criminalização do exercício. Participantes pediram que a profissão seja regulamentada, como preveem quatro projetos

A REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL da prática do coaching foi defendida na terça-feira em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Coaching é a atividade na qual um mentor usa técnicas diversas para orientar o cliente no desenvolvimento profissional ou pessoal.

O objetivo da reunião era debater a sugestão popular que pede a criminalização da atividade, do cidadão William Menezes, de Sergipe, que recebeu mais de 20 mil apoios. A SUG 26/2019 tramita na CDH relatada pelo presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS).

A criminalização foi rechaçada por todos os participantes do debate, conduzido pelo vice-presidente da CDH, senador Telmário Mota (Pros-RR).

O presidente da Sociedade Latino-Americana de Coaching (Slac), Sullivan França, disse que a criminalização da atividade não faz sentido, pois já existem punições legais para a prática de exercício ilegal de profissão. Para ele, se há coaches incompetentes ou que invadem a área de outras profissões, como a psicologia, a atividade não pode ser totalmente condenada por esses desvios.

— Se um motorista atropela



Senador Telmário Mota (4º à esq.) preside o debate sobre coaching

e mata pessoas vamos criminalizar todos os motoristas? — questionou.

Para França, há um uso indiscriminado da denominação coach, o que acaba fazendo profissionais deturparem a técnica quando a associam com espiritualidade, religiões ou hipnose, por exemplo.

## Estratégias

França afirmou que o coaching nada mais é que a construção de estratégias para que o indivíduo possa alcançar seus objetivos e metas pessoais e profissionais. Ele defendeu a regulamentação dessa profissão, com parâmetros de metodologias e competências necessárias para o profissional.

O presidente da Sociedade Gaúcha de Coaching, Ronald

Dennis Pantin Filho, disse que sua entidade já formou quase 3 mil profissionais. Para ele, a atividade é “a melhor metodologia de desenvolvimento humano da atualidade”.

O deputado Nereu Crispim (PSL-RS) pediu apoio ao PL 3.550/2019, de sua autoria, que regulamenta a profissão de coach e dispõe sobre a prática e a metodologia do coaching.

O deputado disse que a profissão já é reconhecida na Europa, nos Estados Unidos, no Canadá e na Austrália. Também para regulamentar a profissão há o PL 3.970/2019, do deputado Coronel Tadeu (PSL-SP), e o PL 3.553/2019, do deputado Julio Cesar Ribeiro (Republicanos-DF). Os quatro projetos de lei estão tramitando em conjunto na Câmara.

# Comissão debate Programa de Defesa Cibernética

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) debate hoje, às 9h30, o Programa de Defesa Cibernética, a cargo do Ministério da Defesa. A reunião foi requerida pelos senadores Nelsinho Trad (PSD-MS), presidente da CRE, e Esperidião Amin (PP-SC).

Será debatido o planejamento estratégico, a avaliação do planejamento e da execução orçamentária, e as necessidades e cenários de financiamento relacionados ao setor cibernético de defesa nacional. Os senadores também querem

discutir a implementação de medidas definidas em 2014, a atuação a partir dos resultados já verificados, e possíveis ameaças e atualizações do sistema de controle de informações vinculados ao Exército.

Foram convidados o comandante de Defesa Cibernética, general Guido Amin Naves; a representante do Comando da Marinha do Brasil, contra-almirante Luciana Mascarenhas da Costa Marroni; o representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

(GSI), coronel Arthur Pereira Sabbat; e representantes do Ministério da Defesa e do Comando da Aeronáutica.

Também está prevista para hoje na CRE a apresentação de relatórios sobre a indicação de diplomatas. O senador Humberto Costa (PT-PE) é relator da mensagem que indica Lineu Pupo de Paula para embaixador na Bósnia e Herzegovina. Para o cargo de embaixadora na República da Guiana foi indicada Maria Clara Duclos Carisio. O relator é Chico Rodrigues (DEM-PR).

# MP que prorroga contratos da Aeronáutica passa em colegiado

A comissão mista da medida provisória que autoriza o Comando da Aeronáutica a prorrogar, até 30 de junho de 2021, 30 contratos do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI) aprovou na terça-feira o relatório do deputado Gustavo Fruet (PDT-PR). A MP 887/2019 seguiu para análise do Plenário da Câmara.

Durante a discussão da MP, Fruet destacou a necessidade da prorrogação dos 30 contratos de pessoal, firmados a partir de junho de 2015, em função do novo cronograma do projeto KC-390, um cargueiro de uso militar desenvolvido pela Embraer e certificado pelo IFI. A Ae-

ronáutica afirma que não há tempo hábil para reposição de pessoal por meio de concurso público.

O senador Carlos Viana (PSD-MG) comemorou a aprovação da MP e destacou a importância de se discutir também no Senado o acordo de salvaguardas tecnológicas envolvendo a Base de Alcântara (MA) e os Estados Unidos. Para ele, o acordo não implicará perda de soberania pelo Brasil.

— Não é possível que mentalidades retrógradadas possam entender que o Brasil pretenda entregar a soberania de um território, o que não existe, e manter um projeto como aquele parado.



Senador Vanderlan Cardoso, presidente, e deputado Gustavo Fruet, relator

## Izalci Lucas defende investimento em tecnologia e inovação

Izalci Lucas (PSDB-DF) defendeu ontem, em Plenário, a necessidade urgente de investimentos nas áreas de tecnologia e inovação para o desenvolvimento do país. Na opinião dele, o Brasil está atrasado 20 anos em comparação com outras nações que priorizam recursos e desenvolvem tecnologia de ponta.

— Para tratarmos de um Brasil moderno e competitivo com as nações desenvolvidas e em desenvolvimento, precisamos discutir e investir em pesquisas e, sobretudo, na inovação que nos chega todos os dias de cada canto do mundo — disse o senador.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Serra homenageia ex-deputado paulista Alberto Goldman

O senador José Serra (PSDB-SP) prestou, na terça-feira, homenagem ao ex-deputado Alberto Goldman, que morreu no domingo, em São Paulo, aos 81 anos.

— Vim aqui expressar o meu voto de pesar pela morte do Alberto Goldman nesse domingo, em São Paulo. Goldman deu uma grande contribuição à luta pela redemocratização do Brasil contra a ditadura, o regime autoritário. Enfrentou corajosamente esse regime e ajudou, de maneira inestimável, a formar a unidade da oposição na época — afirmou.



Roque de Sá/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luis Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burlé  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal  
**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer  
**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex  
**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino  
**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Família é importante para evitar drogas, diz islandês

Senadores conheceram programa Juventude na Islândia, que reduziu consumo de drogas no país. Segundo o diretor do método, o tempo que jovens passam com os pais é fundamental na prevenção

A QUANTIDADE DE tempo passado com a família é inversamente proporcional ao risco de um adolescente se expor a drogas como tabaco, álcool, maconha e cocaína. Essa é uma das premissas do programa que reduziu drasticamente o consumo de drogas na Islândia e que foi apresentado ontem às Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE), em audiência conjunta.

Em 20 anos, o programa Youth in Iceland (Juventude na Islândia) reduziu de 42% para 7% o consumo de álcool entre jovens de 15 e 16 anos. De 1998 a 2018, a redução no uso de cigarros foi de 23% para 6%, e o de maconha foi de 17% para 7%. O sucesso ultrapassou as fronteiras da ilha europeia e já chegou a 28 países, entre eles Chile, Austrália, Portugal, Espanha, França, Itália, Holanda, Bulgária e Lituânia. Neles, o método é conhecido como Planet Youth (Planeta Juventude).

Agora senadores querem conhecer as bases da iniciativa e avaliar o que poderia ser aplicado no Brasil.

O diretor do programa, Jón Sigfússon, disse que não existe uma fórmula mágica, apenas trabalhar com todos os fatores que envolvem a criança e o adolescente antes que eles cheguem ao ponto de ter acesso à droga.



O presidente do debate, senador Styvenson, entre Sigfússon e Osmar Terra

Ele explicou que, em 1998, o consumo na Islândia era assustador. Foi por isso que pesquisadores tentaram monitorar as circunstâncias e o comportamento dos adolescentes e relacioná-los ao consumo de drogas lícitas e ilícitas. Entre as garotas que tinham ficado bêbadas nos últimos 30 dias, 42% quase nunca tinham a companhia dos pais, e 28% raramente ficavam com eles. Apenas 10% estavam quase sempre na companhia dos pais.

— Nos fatores familiares, o tempo passado com os pais é o principal fator de prevenção do uso de substâncias.

## Epidemia

O ministro da Cidadania, Osmar Terra, estava atento aos dados programa Planet Youth, que conheceu durante uma visita à Islândia. Ele destacou que as drogas “são a pior epidemia que o Brasil vive” e disse que

a dependência química tem trazido grandes problemas sociais. Prova disso, segundo ele, é o fato de o pagamento de auxílio-doença para dependentes pelo INSS ser agora três vezes maior para usuários de drogas do que para alcoólicos, que historicamente lideravam a despesa.

Styvenson Valentim (Podemos-RN), que presidiu a audiência, disse que o tamanho do território brasileiro e o da população dificultam a atuação contra as drogas. Há ainda, lembrou, problemas sociais que envolvem a implantação de projetos contra drogas em comunidades carentes.

— Estamos falando de crianças que não têm a figura do pai, cuja família vive com muito poucos recursos, que são os aviões que levam e trazem drogas para as comunidades. Convoque uma reunião de pais na escola e veja se aparece um.

# Avança criação de prêmio para tecnologia no campo

A Comissão de Agricultura (CRA) aprovou ontem a criação da Medalha Inovação no Campo, a ser concedida anualmente a três projetos tecnológicos e inovadores que visem ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária. A proposta que prevê a criação do prêmio (PRS 67/2019), de autoria do senador Jayme Campos (DEM-MT), vai agora para a Comissão Diretora do Senado.

A presidente da CRA, Soraya Thronicke (PSL-MS), disse que a iniciativa está sintonizada com o momento atual do agronegócio.

— Empresas nascentes de alto potencial inovador, geralmente de base tecnológica, estão invadindo o campo, trazendo soluções novas, digitais. Jovens empreendedores usam tecnologia, big data, internet das coisas e até o conceito de economia compartilhada para revolucionar a maneira como o produtor cuida da lavoura e do seu negócio — destacou Soraya.

A senadora citou um levantamento da Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão que mostra que 70% das propriedades agrícolas já dispõem de inovações tecnológicas em seus processos produtivos.

Com base em dados da Associação Brasileira de Startups, Jayme Campos afirmou que já existem mais de 300 agritechs (as startups do campo) investindo R\$ 100 milhões por ano no incremento produtivo a partir de inovações tecnológicas.

— Essas agritechs, muitas

incubadas em universidades, desenvolvem soluções em agricultura de precisão, monitoramento da lavoura e automação de equipamentos. É importante que a CRA reconheça esse Brasil moderno e empreendedor presente no campo — disse Campos.

O vice-presidente da comissão, Luis Carlos Heinze (PP-RS), lembrou que o crescimento acelerado do agronegócio nas últimas décadas é fruto de investimentos em ciência.

— Na década de 1970, éramos importadores de alimentos. Hoje, estamos entre os maiores produtores do mundo. Nos últimos 30 anos, a área disponível cresceu 50%, mas a produção aumentou 500% e a produtividade, mais de 300%. Isso foi obra da tecnologia. E a CRA deve homenagear essas cabeças que fizeram e continuam a fazer revoluções produtivas no campo. Enquanto na Alemanha ainda tem gente arando terra, aqui nós fazemos o plantio direto.



Senador Jayme Campos sugeriu a criação do prêmio à comissão

# Segue para a Câmara MP que reabre prazo de inscrição em cadastro rural

A comissão mista da medida provisória que retira o prazo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) aprovou ontem o relatório do senador Irajá (PSD-TO). O CAR prevê o registro de todas as propriedades rurais do país. A MP 884/2019 será votada nos Plenários da Câmara e do Senado.

O projeto de lei de conversão apresentado por Irajá, que rejeitou as 35 emendas apresentadas, estabelece que a inscrição no CAR é obrigatória e por prazo indeterminado para todas as propriedades e posses rurais.

No entanto, os proprietários e possuidores dos imóveis rurais com inscrições no CAR até o dia 31 de dezembro de 2020 terão direito à adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

O texto, que altera dispositivos do Código Florestal (Lei 12.651, de 2012), estabelece ainda que a União, os estados e o Distrito Federal deverão implantar programas de regularização ambiental de posses e propriedades rurais,

com o objetivo de adequá-las à legislação vigente.

Na regulamentação desses programas, a União estabelecerá normas de caráter geral, incumbindo aos estados e ao Distrito Federal o detalhamento por meio da edição de normas de caráter específico.

A inscrição do imóvel rural no CAR é condição obrigatória para a adesão ao PRA, que deve ser requerida até dois anos, a partir da data de inscrição no cadastro.

Caso os estados e o DF não implantem o PRA até 31 de dezembro de 2020, o proprietário ou possuidor poderá aderir ao PRA implantado pela União.

O texto altera ainda dispositivo da Lei de Registros Públicos, lei 6.015, de 1973, ao estabelecer a dispensa das assinaturas dos confrontantes na indicação de coordenadas dos limites dos imóveis rurais, georeferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e com precisão posicional fixada pelo Incra, bastando a declaração do requerente interessado de que respeitou os limites.



Senador Irajá, relator, e deputado José Mário Schreiner, presidente

# Comissão aprova eficiência energética como diretriz para construção de edifícios

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou o PLS 284/2018, da senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), que estabelece, na execução da política urbana, a adoção de práticas de construção sustentável em relação à eficiência energética.

O projeto será submetido a votação em turno suplementar, por ter sido aprovado na forma de um substitutivo.

No projeto original, a autora propunha que os edifícios promovessem a geração da própria energia. O relator, senador Zequinha Marinho (PSC-PA), apresentou parecer favorável, nos termos do substitutivo proposto pelo relator na Comissão de Infraestrutura (CI), senador Jaques Wagner (PT-BA), que prioriza a eficiência energética e a redução do consumo.

A CDR também aprovou o PLC 42/2013, que regulamenta a profissão de salva-vidas. A

proposta, do deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), ainda será analisada por duas comissões.

O projeto teve o apoio do relator, senador Styvenson Valentim (Podemos-RN). A proposta original previa um ano para que o salva-vidas realizasse curso profissionalizante para continuar na profissão. A previsão foi retirada, pois, segundo Styvenson, a exigência excluiria muitos profissionais “de um mercado que sofre com efetivo reduzido”.



Projeto de Rose de Freitas exige eficiência energética dos prédios

# Médicos pedem revalidação acessível para diplomas

Em audiência na comissão mista da MP que cria o Programa Médicos pelo Brasil, participantes também defenderam a criação de cursos de medicina públicos em cidades de áreas mais remotas

UM PROCESSO DE revalidação de diploma descentralizado, regionalizado e periódico, para que todos os médicos formados em instituições estrangeiras possam ter acesso à prova. Essa foi a principal demanda dos participantes da audiência na comissão mista da MP 890/2019. A medida provisória cria o programa Médicos pelo Brasil, em substituição ao programa Mais Médicos lançado em 2013 pela ex-presidente Dilma Rousseff. O relator no colegiado é o senador Confúcio Moura (MDB-RO). Foram oferecidas 366 emendas à medida.

A médica sanitária brasileira Lilian Gonçalves, que se formou em Cuba, defende um processo de avaliação transparente e regular.

— Se garantirmos o acesso universal, para todos, tanto à educação quanto à saúde, pararemos de discutir essa questão de mérito e prova — afirmou.

Para o representante da Rede de Médicas e Médicos Populares, Vinícius Ximenez, o país forma menos médicos do que deveria em relação às necessidades sociais. Além de poucos, disse, os médicos são mal distribuídos: o problema é quantitativo e qualitativo.

— Não basta meramente dar dinheiro e alguns aspectos trabalhistas para garantir médicos nos lugares onde mais se precisa. Estudos internacionais mostram que, nas áreas mais remotas em todo o mundo,



Harzheim fala ao lado de Confúcio Moura, relator da medida provisória

as melhores experiências em fixação de profissionais levaram em consideração a importância de implantar cursos de medicina e especialização nesses locais. Isso aumenta a possibilidade de garantir profissionais já fixados em áreas de difícil provimento — afirmou.

O presidente da Associação de Médicos Formados no Exterior, Flávio Lima Barreto, destacou que o Brasil tem 336 escolas médicas, mas a maioria é privada, com mensalidade em torno de R\$ 13 mil, e localizadas principalmente no Sul e Sudeste.

## Cubanos

A presidente da Associação de Médicos Cubanos, Niurka Valdes Pérez, pediu que, enquanto o processo de revalidação não é regulamentado, haja oportunidade de trabalho para os 1.733 médicos que ficaram no Brasil após o fim do contrato do Mais Médicos.

— A gente precisa de uma

oportunidade, tanto para um Revalida justo como para uma reincorporação ao trabalho. Decidimos morar também neste país justo, democrático, com liberdade — disse.

O secretário de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde, Erno Harzheim, ressaltou que há uma proposta do governo para a realização do Revalida duas vezes por ano, com a inclusão de universidades privadas no processo e os custos pagos pelo candidato.

— Tenho certeza que o relatório da comissão vai conseguir mostrar ao Congresso uma solução pacificada, tranquila, muito apropriada, para que esses colegas cubanos que aqui ficaram tenham uma possibilidade de trabalho no período em que estão se preparando para o Revalida, inclusive com suporte baseado na responsabilidade do governo brasileiro pelo princípio da continuidade da administração pública.

# Debate: Síndrome de Tourette pode ser deficiência

A síndrome de Tourette, doença que manifesta movimentos motores ou vocais complexos, involuntários e repetitivos, chamados de tiques, deve ser incluída no Estatuto da Pessoa com Deficiência, defenderam ontem os participantes de audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a doença é rara e atinge 1% da população. O transtorno já está previsto na Classificação Internacional de Funcionalidade e Incapacidade da OMS, afirmou o representante da Comissão das Pessoas com Síndrome de Tourette, Aníbal Moreira Júnior.

A médica Ana Gabriela Hounie explicou que os problemas enfrentados por esses pacientes não se limitam às alterações da psicomotricidade. A falta de apoio, medicamentos e informações a respeito da doença levam ao isolamento social, à



Entre debatedores, senador Flávio Arns preside a audiência pública

depressão e à ansiedade. Os medicamentos apropriados para tratar o transtorno, normalmente, não são disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Ana Gabriela disse que prefere evitar remédios antipsicóticos em crianças, entretanto, eles são os únicos disponíveis gratuitamente.

Representante do Ministério da Saúde, Jaqueline Silva Misael colocou o Departamento de Atenção Especializada à disposição dos representantes para que as demandas sejam

atendidas.

Portador da síndrome, Alexandre Cardoso lamentou que muitas pessoas na sua situação sejam vítimas de maus-tratos por ignorância sobre o tema.

A presidente da Associação Solidária do TOC e Síndrome de Tourette, Larissa Miranda, ressaltou que falta informação sobre a síndrome, inclusive entre os profissionais da saúde e da educação.

— Com o diagnóstico tardio, as crianças acabam sofrendo muito preconceito.

# Comissão sobre violência de gênero elege vice e relatora

A deputada Elcione Barbalho (MDB-PA) foi eleita ontem, por aclamação, vice-presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM). A deputada Luizianne Lins (PT-CE) foi designada relatora.

Elcione afirmou que, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pelas mulheres a comissão está preparada para vencer.

— Não podemos recuar. Temos que mostrar a nossa posição independentemente de partido. Nosso partido agora é a mulher. A gente precisa dessa união para avançar — disse.

A deputada Margarete Coelho (PP-PI) solicitou que a comissão dê destaque à violência política contra as mulheres:

— Enquanto não formos vistas como cidadãs por inteiro, enquanto não ocuparmos espaços de decisão e não fizermos políticas públicas, vamos ser desfocadas, vamos

ter sempre essa sensação de degrau quebrado, que a gente pensa que conquistou, que subiu e esse degrau depois se revela muito frágil e sem nos dar sustentação — declarou.

A presidente da comissão, senadora Zenaide Maia (Pros-RN), afirmou que vai unir forças para dar visibilidade às mulheres e ao colegiado.

As deputadas Áurea Carolina (PSOL-MG) e Angela Amin (PP-SC) também participaram da reunião e destacaram a honra em fazer parte da CMCVM.

— Vamos continuar abrindo caminhos em defesa inegociável dos direitos conquistados pelas mulheres e conquistar mais direitos, porque ainda estamos muito longe de ter condições igualitárias de acessar todos os espaços, de poder viver uma vida livre de violência — afirmou Áurea.

A apresentação do relatório de atividades do período 2017-2018 ocorrerá na quarta-feira.

A comissão é integrada por 12 senadores e 12 deputados.



Luizianne Lins, Zenaide Maia e Elcione Barbalho na comissão mista

# Cortes no CNPq e na Capes são tema de audiência pública hoje

A Comissão de Educação (CE) aprovou na terça-feira o requerimento de Izalci Lucas (PSDB-DF) para a realização de uma audiência hoje sobre a crise no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A audiência será realizada em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), e contará com a presença dos presidentes do CNPq, João Luiz Filgueiras, da Academia Brasileira de Ciências, Luiz Davidovich, e do presidente da Associação dos Servidores do CNPq, Roberto Carvalho. Também foram chamados o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, e o secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guarany.

O requerimento foi defendido por Leila Barros (PSB-DF), para quem o CNPq está sob ameaça de paralisação. A senadora lamentou que o orçamento do CNPq hoje seja a metade do que era em 2014 — caiu de R\$ 2,1 bilhões

para R\$ 1,1 bilhão. Cerca de R\$ 800 milhões no atual orçamento destinam-se a bolsas de pesquisas, R\$ 330 milhões a menos do que o necessário para arcar com os pagamentos até dezembro. Tal situação, se não for modificada, levará à paralisação da instituição, deixando 80 mil bolsistas sem receber.

— A interrupção das atividades no CNPq comprometerá as pesquisas em curso no país. Comprometerá também a formação da próxima geração de pesquisadores, gerando desesperança em nossos jovens quanto a fazer carreira em atividades científicas. E, pasmem, há boatos de que se estuda, no governo, a extinção do CNPq — disse Leila.

O presidente da CE, Dário Berger (MDB-SC), leu uma nota lamentando o corte de mais de 5,6 mil bolsas de pesquisas de pós-graduação da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), anunciado anteontem.